

QISTA S.A. -
Credito,
Financiamento e
Investimento

**Demonstrações contábeis nos
semestres findos em 30 de junho
de 2023 e 2022 e no exercício findo
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	10
Balanço patrimonial	13
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações contábeis	18

QISTA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição” ou “Qista”), Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, empresa especializada em empréstimos, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, vem por meio deste apresentar os resultados da Qista, bem como as correspondentes informações contábeis intermediárias, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao período findo em 30 de junho de 2023.

Mensagem da Administração

No primeiro semestre de 2023 a Qista realizou ações que objetivou buscar a colateralização de seus ativos, de acordo com o seu planejamento. Esse movimento tem por objetivo reduzir o risco de sua respectiva carteira, bem como manter os seus fluxos de caixa dentro dos patamares desejados pelos acionistas, buscando assim reduzir sua exposição de crédito e, conseqüentemente melhorar seus indicadores financeiros, tais como alavancagem operacional, liquidez, basileia, etc. Em fevereiro de 2023 a Qista recebeu o aporte de capital na ordem de R\$ 20 milhões e em junho realizou a compra de carteira de cartão de crédito consignado público com previsão de aquisição de mais carteiras.

Para o segundo semestre de 2023 a Qista vem adotando uma mudança na sua estratégia de concessão, que busca diminuir o percentual da sua carteira em ativos não colateralizados. Nesse sentido, em junho de 2023 a instituição encerrou a produção do seu produto EP CLEAN (empréstimo pessoal não consignado) e adotou a estratégia de compra e originação de carteira de ativos de menor risco, como a aquisição de carteira de cartão de crédito consignado público, bem como elevando sua prestação de serviço como bancarizador, com o objetivo de sobrepor a carteira de EP CLEAN até o final do

QISTA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais

ano de 2024. Concomitantemente, a Qista vem realizando a cessão da carteira com rating “D” até “HH” potencializando assim a higienização da carteira.

Ademais, em julho de 2023 a Qista emitiu Letra Financeira Subordinada no valor de R\$ 19,8 milhões, o que elevou o Índice de Basileia da Instituição a patamares acima de 20% oxigenando a Instituição para que avance em sua estratégia de crescimento sustentável em 2023 e adicionalmente permita que alcance o seu *breakeven* contábil e potencialize sua longevidade operacional.

Ainda nesse contexto faz parte da agenda da instituição a implementação das seguintes ações: (i) ações de débito em conta, renegociação, acordos e cartão de crédito; (ii) revisão dos canais de originação; (iii) revisão das despesas operacionais e administrativas; (iv) revisão das comissões comerciais com parceiro; e (v) participação do programa Desenrola Brasil.

Contudo, a Administração da Instituição acredita que tais ações são suficientes para a longevidade operacional da Instituição, bem como para a maximização dos seus resultados.

Sobre a Qista

A Qista, recentemente teve sua sede alterada para o seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima 2.355/2369 – 11º andar – Jardim Paulistano - São Paulo/SP. A referida alteração já foi submetida aos órgãos reguladores competentes. Entretanto, reiteramos que a Instituição mantém suas atividades focadas na concessão de crédito, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Na próxima seção apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Instituição do semestre findo 30 de junho de 2023.

QISTA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais

Desempenho Econômico-Financeiro

	30/06/2023	31/12/2022	Var.%
Balço Patrimonial (em R\$ mil)			
Ativos Totais	243.392	211.686	15%
Carteira de Crédito	89.086	122.648	-27%
(-) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.469)	(28.351)	-95%
Passivos Financeiros	190.595	174.312	9%
Patrimônio Líquido	49.218	34.783	42%
	30/06/2023	30/06/2022	Var.%
Resultado (em R\$ mil)			
Resultado de intermediação financeira	52.101	(5.913)	-981%
Despesa com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	25.750	(25.637)	-200%
Resultado Operacional	(4.561)	(28.126)	-84%
Resultado Líquido do Período	(5.414)	(20.741)	-74%

Sumário executivo

Em R\$ Mil, exceto em %	30/06/2023	Varição	31/12/2022
Receita Operacional Bruta	42.075	(38,5%)	68.376
Deduções à Receita Operacional	(11.871)	67,7%	(36.757)
Receita Operacional Líquida	30.204	(4,5%)	31.619
Custos Operacionais	(46.668)	45,9%	(86.220)
Lucro Bruto	(16.464)	69,8%	(54.601)
Margem Bruta (%)	(39,13%)	51%	(79,85%)
EBITDA	(16.464)	69,8%	(54.601)
Margem EBITDA (%)	(39,13%)	51%	(79,85%)
Resultado Financeiro Líquido	(7.704)	(301,5%)	3.824
Depreciação e Amortização	(397)	44,4%	(714)
Imposto de Renda, Contribuição Social	(853)	(103,5%)	24.513

QISTA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

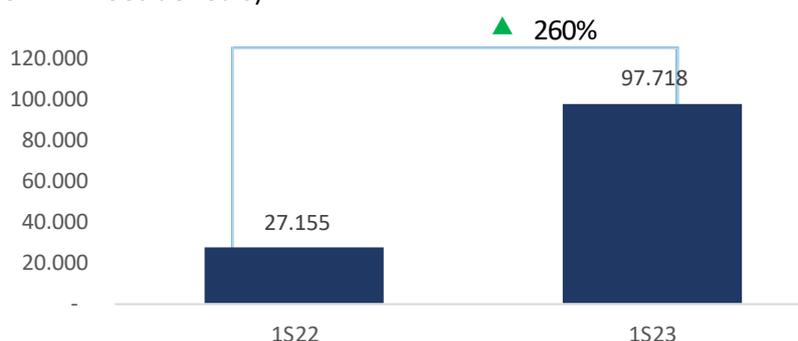
Em milhares de reais

Lucro/Prejuízo Líquido	(5.414)	82%	(30.088)
Margem Líquida (%)	(12,87%)	70,8%	(44%)
Lucro/Prejuízo por Ação (R\$/Ação)	(0,05)	86,8%	(0,38)
Capital Social	99.036	25,3%	79.034
Patrimônio Líquido Inicial	34.783	120,6%	15.770
Patrimônio Líquido Final	49.218	41,5%	34.783
ROE	(5,47%)	85,6%	(38,07%)
ROAE	4,75%	87,3%	37,31%

Em 30 de junho de 2023, a Qista registrou ativos totais de R\$ 243,4 milhões (crescimento de 15%) A carteira de crédito constitui um dos principais ativo, representando 36,6% do total em 30 de junho de 2023. A carteira de crédito líquida totalizou R\$ 87,6 milhões e gerou receitas de intermediação financeira de R\$ 97,7 milhões. O patrimônio líquido da instituição totalizou R\$ 49,2 milhões e que contou com aportes de capital, no período de 2023, na ordem de R\$ 20 milhões para reforço de capital, alavancagem e recomposição do Índice de Basileia. A Qista encerrou o primeiro semestre com um prejuízo acumulado líquido de R\$ 5,4 milhões, porém com lucro líquido mensal em junho de 2023 de R\$ 9,3 milhões, este resultado e indicadores de rentabilidade da Qista refletem o reduzido tempo de atuação não permitindo ainda ter alcançado o ponto de equilíbrio.

Receitas

Receitas
(em milhões de reais)



RECEITAS ▼

Em 30 de junho de 2023 as receitas totais totalizaram R\$ 97,7 milhões e estão alocadas em receitas com intermediação financeira decorrentes de operações de crédito pessoal (R\$ 42,1 milhões).

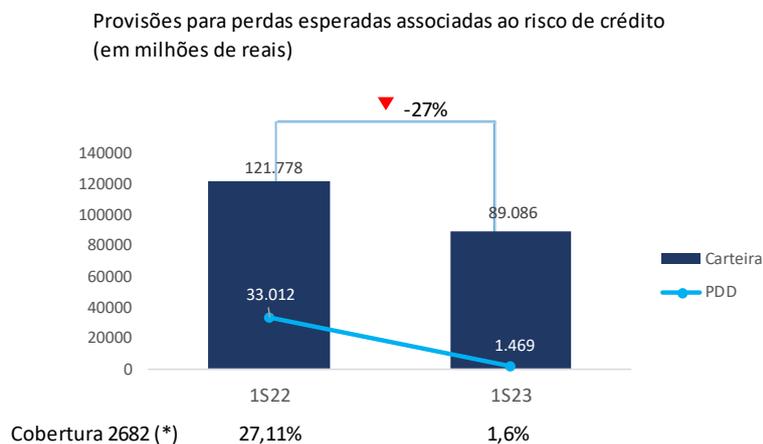
QISTA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (“PDD”)



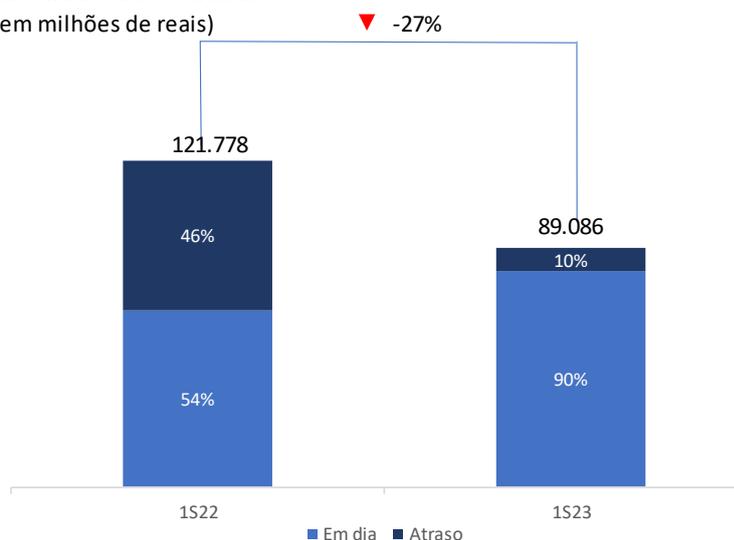
(*) Cobertura = provisão/carteira

PDD sobre carteira ▼

No primeiro semestre de 2023 a carteira diminuiu 27% totalizando R\$ 89,1 milhões em empréstimos concedidos. O percentual das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação à carteira também diminuiu, em razão da cessão da carteira realizada em 2023, bem como em relação aos efeitos decorrentes do cenário macroeconômico sobre o mercado de crédito no Brasil. As provisões reconhecidas sobre a carteira de crédito da Qista seguem os padrões da Resolução 2.682/1999 e o percentual da PDD sobre a carteira acompanha os padrões de mercado.

Carteira

Carteira em dia e em atraso (em milhões de reais)



Carteira em dia e em atraso ▼

A carteira de crédito da Qista está composta por 90% de suas operações em dia. As operações em atraso estão classificadas com atraso abaixo de 90 dias. Para conter o avanço da inadimplência a Qista realizou ajustes nas faixas de riscos de concessão de crédito (empréstimos para clientes classificados como menor risco), intensificou campanhas de cobranças, para as operações em atraso e efetuou cessão da carteira de rating D até HH. No primeiro semestre de 2023 os indicadores de curto prazo sinalizam melhora da inadimplência.

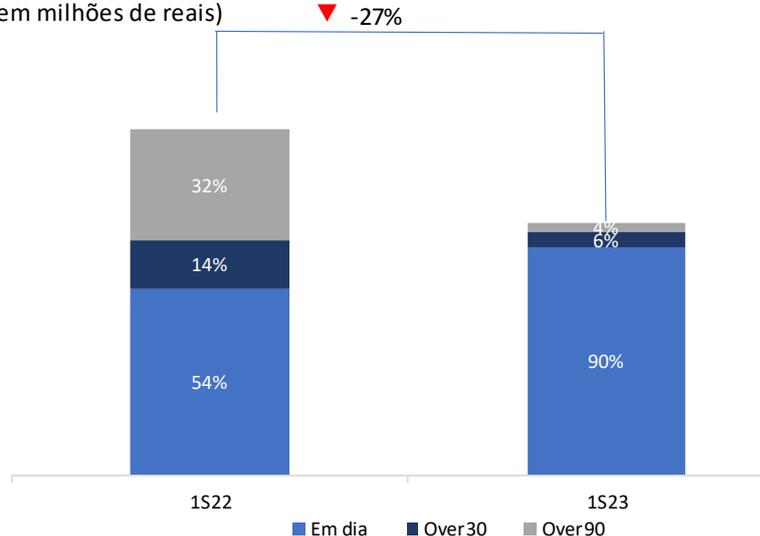
QISTA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais

% de atraso acima de 30 e 90 dias (Over 30 e Over 90)
(em milhões de reais)



Carteira em dia e em atraso ▼

Em razão de fatores macroeconômicos, a Qista realizou ações de contenção da inadimplência ajustando os níveis de riscos na concessão do crédito ((empréstimos para clientes classificados como menor risco). Adicionalmente, agregou novos elementos de análise e intensificou o processo de cobrança de contratos inadimplentes. Em 30 de junho de 2023 os ativos considerados como problemáticos totalizaram 4% da carteira. Os limites estão dentro dos padrões de mercado.

ANO DE 2023

Retrospectivamente, o primeiro semestre de 2023 foi marcado pela pressão do governo e mercado em relação ao Banco Central do Brasil (BACEN), no que se refere à redução da taxa básica de juros (SELIC), que permeou durante o referido período no patamar de 13,75%. Entretanto, de acordo com o relatório FOCUS do BACEN, a expectativa para o final do 2º semestre de 2023 é de que a taxa SELIC chegue ao patamar de 11,75%, sendo este movimento extremamente importante para a despressurização do crédito no Brasil.

Apesar da tendência de redução da taxa SELIC e, considerando que a meta de inflação estabelecida pelo governo em 2023 persegue o patamar de 3,25% com teto máximo de 4,75, o BACEN vem informando ao mercado uma majoração da inflação, principalmente em razão dos recentes reajustes realizados nos preços de itens como gasolina e óleo diesel.

De acordo com o relatório Termômetro de Crédito da Assessoria Econômica da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o ritmo de expansão do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) perdeu intensidade no 1º semestre saindo de uma taxa de

QISTA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais

16,9% a.a. em maio/22, para 10,4% a.a. em maio/23. As contribuições expressam a relevância dos empréstimos para pessoas físicas (PF) e o recente avanço das modalidades com recursos direcionados (RD) na sustentação da expansão anualizada. Entende-se que a perda de velocidade dos empréstimos para pessoas físicas (PF) foi a maior responsável por este arrefecimento.

Outro fator importante a ser destacado é o da taxa de desemprego, que segundo o IBGE recuou para 8% em jun/23, perante os 9,3% registrados em jun/22. Entretanto, observou-se avanços do governo sobretudo quanto à aprovação da reforma tributária e a implementação do programa Desenrola Brasil, que ajudarão as instituições e os consumidores no âmbito de crédito.

Isso posto, a Qista vem se posicionando com foco em seu plano de expansão e para que isso seja possível e sustentável a instituição efetuou de forma massificada, em jun/23, a cessão de sua carteira de empréstimo pessoal classificada com rating “D” até “HH”, higienizando assim sua carteira de crédito não consignado e dando espaço para uma produção orgânica e também para aquisição de carteiras colateralizadas de menores riscos. Cabe ainda destacar que em linha com os objetivos propostos pela companhia, os controladores aportaram cerca de R\$ 20 milhões no primeiro semestre de 2023.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Qista.

São Paulo, 13 de setembro de 2023.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores da
Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Qista S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qista S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de setembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

QISTA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa			Passivo	Nota Explicativa		
		30/06/2023	31/12/2022			30/06/2023	31/12/2022
Circulante		193.435	165.194			137.424	124.932
Disponibilidades	4a	1.066	943	Depósitos	9	133.845	122.341
Instrumentos Financeiros e Derivativos				Depósitos a prazo		133.845	122.341
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4b	5.995	-	Outras obrigações	10	3.579	2.591
Aplicações no mercado aberto		5.995	-	Fiscais e previdenciárias		785	894
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	106.267	47.566	Diversas		2.794	1.697
Carteira própria		106.267	39.714	Não circulante		56.750	51.971
Vinculados ao Banco Central		-	7.852	Depósitos	9	56.750	51.971
Operações de crédito		72.944	84.293	Depósitos a prazo		56.750	51.971
Setor privado	6a	74.175	111.377	Patrimônio líquido	14	49.218	34.783
(-) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(1.230)	(27.084)	Capital:			
Outros créditos	6g	6.924	32.151	De domiciliados no país		99.036	71.314
Diversos		6.924	32.151	Aumento de Capital		-	7.720
Outros valores e bens	9	237	241	Outros resultados abrangentes		(137)	17
Despesas antecipadas		237	241	Prejuízos Acumulados		(49.681)	(44.267)
Não Circulante		49.958	46.492				
Instrumentos Financeiros e Derivativos		14.672	10.004				
Operações de crédito		14.672	10.004				
Setor privado	6a	14.911	11.271				
(-) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(239)	(1.267)				
Outros créditos		32.971	33.873				
Créditos Tributários	14	32.971	33.873				
Outros valores e bens	9	349	297				
Despesas antecipadas		349	297				
Imobilizado de uso	7	1.243	1.469				
Custo		2.369	2.395				
(-) Depreciações acumuladas		(1.127)	(926)				
Intangível	8	723	849				
Custo		1.502	1.432				
(-) Amortizações acumuladas		(779)	(582)				
Total do ativo		243.392	211.686	Total do passivo		243.392	211.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QISTA S.A. - Credito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado

Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	30/06/2023	30/06/2022
Receita de intermediação Financeira	15	38.221	27.155
Operações de Crédito		33.872	25.252
Receita de Depósitos Interfinanceiros		-	166
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários		4.167	1.681
Recuperação de Créditos Baixados p/ Prejuízo		183	56
Despesas de Intermediação Financeira	16	13.879	(33.068)
Despesas de Captação		(11.871)	(7.431)
Reversões/(Provisões) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		25.750	(25.637)
Resultado da Intermediação Financeira		52.101	(5.913)
Receitas Operacionais	17	3.854	2.034
Receita de Serviços		3.844	1.971
Outras		10	63
Despesas Operacionais		(60.515)	(24.247)
Outras despesas administrativas	18	(8.498)	(9.312)
Despesas com pessoal	19	(5.726)	(6.144)
Despesas Tributárias	20	(1.604)	(1.227)
Outras despesas operacionais	21	(44.683)	(7.564)
Despesas de Provisão Contigência	11	(4)	-
Resultado Operacional		(4.561)	(28.126)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		(4.561)	(28.126)
IRPJ e CSLL Diferidos	13	(853)	7.385
Resultado Líquido do Semestre		(5.414)	(20.741)
Número de Ações		99.035.903	30.000.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QISTA S.A. - Credito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado abrangente

Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Prejuízo líquido do semestre/período	<u>(5.414)</u>	<u>(20.741)</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, líquido de impostos	(153)	(29)
Resultado abrangente do semestre/período	<u><u>(5.567)</u></u>	<u><u>(20.770)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QISTA S.A. - Credito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	30.000	(1)	(14.229)	15.770
Aumento de capital	9.811	-	-	9.811
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(29)	-	(29)
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(20.741)	(20.741)
Saldo Final em 30/06/2022	39.811	(30)	(34.970)	4.811
Saldo inicial em 01/01/2023	79.034	16	(44.267)	34.783
Aumento de capital	20.002	-	-	20.002
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(153)	-	(153)
Lucro (Prejuízo) do período	-	-	(5.414)	(5.414)
Saldo em 30 de junho de 2023	99.036	(137)	(49.681)	49.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QISTA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	<u>(5.414)</u>	<u>(20.741)</u>
Ajustes para reconciliar o prejuízo		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(25.750)	25.636
Depreciações e amortizações	397	342
Ajuste de Avaliação Patrimonial	153	(29)
Resultado TVM	(246)	-
Provisões de Passivos Contingentes	3	-
IRPJ e CSLL (Crédito Tributário)	853	(7.385)
Prejuízo/Lucro ajustado do semestre/exercício	<u><u>(30.004)</u></u>	<u><u>(2.177)</u></u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(58.455)	(11.448)
Operações de crédito	32.431	(42.255)
Outros créditos	25.275	(9.319)
Outros valores e bens	(49)	(101)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Depósitos	16.284	48.262
Outras obrigações	988	1.373
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u><u>(13.530)</u></u>	<u><u>(15.665)</u></u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(226)	(29)
Aplicações no ativo intangível	(126)	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u><u>(353)</u></u>	<u><u>(189)</u></u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Capital Integralizado	20.002	9.811
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u><u>20.002</u></u>	<u><u>9.811</u></u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6.119</u></u>	<u><u>(6.043)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	943	8.673
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	7.062	2.630
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6.119</u></u>	<u><u>(6.043)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Qista S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada FC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento) (“Instituição” ou “Qista”), situada à Avenida Magalhães de Castro 4.800 – Cidade Jardim - São Paulo/SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A Instituição, foi constituída em 6 de março de 2020 e obteve junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), autorização para funcionamento em 15 de outubro de 2020.

A Instituição tem como principais objetivos a concessão de crédito pessoal (CP), Crédito Pessoal com garantia do FGTS, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito consignado público, BNPL (Buy Now Pay Later) e SIAPE (empréstimo consignado com servidor público). Além dos recursos próprios, a Instituição, capta no mercado via emissão de certificados de depósito bancário (CDB).

Afim de que a Instituição mantenha sua continuidade operacional, bem como alcance a inflexão do resultado durante o exercício de 2023. Em jul/22 apresentamos ao BACEN um plano de ação cujo objetivo é o de manter a Qista dentro dos limites operacionais adequados e que abrange as seguintes ações: (i) redução na concessão de ativos de maior risco; (ii) higienização da carteira; (iii) estratégia contínua de revisão da concessão dos ativos (revisão periódica dos indicadores); (iv) ações de débito em conta, renegociação, acordos e de pagamento em cartão de crédito; (v) análise da securitização da carteira ativa, com cessão da carteira com rating “D” até “HH”; (vi) aquisição de carteira consignada; (vii) revisão dos canais de origemação de operações; (viii) colateralização das operações; (ix) revisão dos acordos comerciais com parceiros; (x) operações com produtos de menor risco, como a antecipação do saque-aniversário do FGTS; (xi) aceleração do refinanciamento com clientes de menor risco; (xii) operações de consignado público; (xiii) operações de capital de giro; e (xiv) ações para aprimoramento da gestão de capital e reenquadramento do Índice de Basileia, que contou com um aporte de capital no 1º semestre na ordem de R\$ 20 milhões.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os CPCs previstos na Resolução CMN 4.818 em seu art. 4º, e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar BACEN com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN). Para o semestre findo em 30 de junho de 2023 não houve alterações relevantes nas políticas contábeis.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

A Instituição não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2023 e iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

As demonstrações contábeis relativas ao período de 30 de junho de 2023 foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, a Administração efetua uma avaliação da capacidade da Instituição continuar às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Instituição em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

b. Resolução CMN nº 4.966/21

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição.

- Plano para a Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem simplificada da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

Em 13 de setembro de 2023 a Administração aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações contábeis.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculados “*pro-rata die*” com base na taxa efetiva das operações.

b. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias apresentadas abaixo:

- **Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários da instituição estão classificados na carteira disponível para venda, conforme pronunciamento Técnico CPC 46 previsto pela Resolução CMN nº 4.748 que define as hierarquias de valor justo.

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. A instituição não possui ativos financeiros nesse nível em 30/06/2023.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação do seu valor justo. A instituição não possui ativos financeiros nesse nível em 30/06/2023.

c. Operações de crédito e outros créditos (operações com características de concessão de crédito)

Registradas a valor presente, calculadas "*pro-rata die*" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e outros créditos são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

e. Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/2008, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

f. Imobilizado de Uso

Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamentos e Sistemas de Processamento de Dados). Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, não foi realizado estudo de recuperabilidade, visto que não foram identificados gatilhos para impairment de tais ativos.

g. Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.

h. Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo valor da exigibilidade, acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço ("*pro-rata die*").

i. Provisões

São reconhecidas quando: i) a Instituição tem uma obrigação presente, ou não formalizada, como resultado e eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e ii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

j. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas

Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que garantam a sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

- Contingências passivas

São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São reconhecidas nas demonstrações contábeis pelas demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

k. Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidas e incorridas até a data do balanço. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano após a data-base são classificados no circulante e após um ano da data-base, no longo prazo.

l. Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos

Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (de 01/01/19 a 31/12/21)	15%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A Instituição optou pelo recolhimento por estimativa mensal do IRPJ e da CSLL, com ajuste anual, conforme legislação tributária vigente. A Instituição poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês através do levantamento de balancetes mensais. A administração procedeu ao reconhecimento dos créditos tributários atendendo aos critérios estabelecidos na Resolução 4.842 do CMN.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre prejuízos fiscais, adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários serão realizados quando da utilização dos prejuízos fiscais e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

m. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

n. Julgamento e Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível, (iii) o valor justo as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, (iv) das provisões para contingências, (v) A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 25, e (vi) expectativa de realização de crédito tributário.

Há estimativa de que o imposto de renda e a contribuição social sejam realizados conforme ocorra a reversão ou enquadramento das diferenças temporárias nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. Devido a impossibilidade de mensuração confiável da evolução dos ajustes fiscais anuais, optou-se por realizar a mensuração da realização do montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa (Nota Explicativa 13).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

a. Disponibilidades

	30/06/2023	31/12/2022
No Início do Exercício		
Disponibilidades	1.034	64
Conta Reserva - SPB	32	879
Saldo Final Exercício	1.066	943

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2023		31/12/2022	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Aplicações no mercado aberto - Posição Bancada				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	5.995	5.995	-	-

5 Títulos e valores mobiliários

Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
	Valor Custo	Valor Mercado	MTM	Valor Custo	Valor Mercado	MTM
Disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	36.158	36.005	(153)	39.700	39.714	14
Bloqueado – Banco Central (**)	-	-	-	7.852	7.849	3
Cotas Fundos de Investimentos	70.246	70.246	-	-	-	-
LFT vencimento em 01/03/2029 (*)						
TOTAL	106.158	106.267	(137)	39.700	39.714	14

(*) Os títulos e valores mobiliários da Instituição estão classificados em Nível 1

(**) Valores bloqueados no Banco Central aguardando a aprovação do aumento de capital

Para os Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas, o valor de mercado é apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. O cálculo do valor justo dos títulos é com preço cotado em mercado classificado no Nível 1 na hierarquia de valor justo.

6 Operações de crédito

a. Saldos

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Crédito pessoal	65.571	70.682
Crédito pessoal vencido	3.466	37.193
Crédito pessoal renegociação	7.969	9.541
Crédito pessoal renegociação vencido	451	5.232
Crédito pessoal – FGTS	464	-
Crédito pessoal – Consignado	6.704	-
Capital de Giro	4.459	-
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.469)	(28.351)
Total	87.616	94.297
Circulante	72.944	84.293
Não Circulante	14.672	10.004

b. Por nível de risco e faixa de vencimentos

Nível de Risco	30/06/2023			31/12/2022		
	Base de Cálculo	% Provisão	Provisão	Base de Cálculo	% Provisão	Provisão
A	67.679	0,5%	338	60.294	0,5%	301
B	7.460	1,0%	75	7.599	1,0%	76
C	10.316	3,0%	309	11.948	3,0%	358
D	3.157	10,0%	316	7.202	10,0%	720
E	25	30,0%	8	6.033	30,0%	1.810
F	14	50,0%	8	5.713	50,0%	2.855
G	61	70,0%	43	5.434	70,0%	3.804
H	374	100,0%	374	18.424	100,0%	18.424
TOTAL	89.085		1.469	122.648		28.351

c. Composição de operações de crédito e títulos e créditos por modalidade

Modalidade de crédito	30/06/2023		31/12/2022	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Crédito Pessoal CP	84.626	1.447	122.648	28.351
Capital de Giro	4.459	22	-	-
TOTAL	89.085	1.469	122.648	28.351

d. Por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2023	31/12/2022
Pessoa Física	84.626	122.648
Pessoa Jurídica	4.459	-
TOTAL	<u>89.085</u>	<u>122.648</u>

e. Composição de operações de crédito por faixas de vencimento

	30/06/2023	31/12/2022
Créditos Vencidos		
De 1 a 14 dias	2.906	3.175
De 15 a 30 dias	2.265	3.307
De 31 a 60 dias	2.331	4.424
De 61 a 90 dias	832	3.115
De 91 a 120 dias	22	2.759
De 121 a 150 dias	53	2.021
De 151 a 180 dias	23	1.340
De 181 a 240 dias	6	1.274
De 241 a 300 dias	15	337
De 301 a 360 dias	193	47
Subtotal	<u>8.645</u>	<u>21.798</u>
Créditos a Vencer		
De 1 a 30 dias	17.468	20.100
De 31 a 60 dias	11.359	20.030
De 61 a 90 dias	11.385	17.694
De 91 a 180 dias	11.234	17.087
De 181 a 360 dias	14.080	14.669
De 361 a 720 dias	7.411	10.700
De 721 a 1080 dias	2.501	524
De 1081 a 1440 dias	1.897	47
De 1441 a 1800 dias	1.886	-
De 1801 a 5400 dias	1.217	-
Subtotal	<u>80.440</u>	<u>100.850</u>
TOTAL	<u>89.085</u>	<u>122.648</u>

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	28.351	14.550
Constituição/(Reversão)*	(25.750)	18.655
Baixados para prejuízo	(1.132)	(4.854)
Saldo Final	<u>1.469</u>	<u>28.351</u>

(*) A reversão de provisão é devido a cessão da carteira com rating “D” até “HH” realizada no semestre no montante total de R\$ 51,4 milhões conforme nota explicativa 21 – b.

Desde novembro de 2021 a Qista adotou a renegociação da carteira de crédito conforme art. 8 da resolução 2.682, no exercício de 2023 foram renegociadas operações que totalizam R\$ 10.259 (R\$ 20.410 em 2022).

g. Outros créditos

	30/06/2023	31/12/2022
Antecipações Férias/13º Salário	184	56
Premio Operações de Crédito – Compra Carteira	5.525	-
Adiantamento a Fornecedores	61	41
Adiantamento Corban	-	31.448
Devedores Diversos	860	606
Impostos a Compensar	295	-
Créditos Tributários (Nota 13)	32.970	33.873
TOTAL	<u>39.895</u>	<u>66.024</u>

7 Imobilizado de uso

	30/06/2023				31/12/2022			
	Valor de Custo	Taxa	Depreciação	Saldo residual	Valor de Custo	Taxa	Depreciação	Saldo residual
Móveis	300	10%	(70)	230	300	10%	(56)	244
Equipamentos de Informática	428	20%	(206)	222	455	20%	(167)	290
Equipamentos Diversos	20	10%	(5)	15	20	10%	(4)	16
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.621		(845)	776	1.620		(700)	920
TOTAL	2.369		(1.127)	1.243	2.395		(926)	1.470

(a) A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é realizada pelo prazo de contrato de aluguel do imóvel.

8 Intangível

	30/06/2023					31/12/2022				
	Custo inicial	Taxa	Amortização	Entradas	Saldo residual	Custo inicial	Taxa	Amortização	Entradas	Saldo residual
Software	1.502	20%	(779)	0	723	805	20%	(310)	354	849
TOTAL	1.502		(779)	0	723	805		(310)	354	849

Os imobilizados intangíveis trata-se de sistemas adquiridos para controle das operações e seu custo de implantação CAPEX lançados nessa rubrica.

9 Depósitos

a. Composição de Depósitos a Prazo, por faixa de vencimento

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Faixa De Vencimento (²)</u>	<u>Faixa De Vencimento (²)</u>
	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>
CDB – Pré-Fixado	112.395	117.142
CDB – Pós Fixado ⁽¹⁾	78.201	57.170
TOTAL	<u>190.595</u>	<u>173.775</u>
Circulante	133.845	122.100
Não Circulante	56.750	51.675

(1) Os depósitos a prazo pós fixados são indexados ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e o percentual médio é de 11,6% a.a. (Pré) e 14,7% a.a. (Pós) (2022 10,7% a.a. (Pré) e 13,4% a.a. (Pós)).

(2) O valor das comissões antecipadas, decorrentes das emissões dos CDBs totalizam R\$ 586 (2022 – R\$ 537)

b. Despesas com operações de captações no mercado

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Depósito a Prazo	11.734	7.018
FGC	136	413
TOTAL	<u>11.871</u>	<u>7.431</u>

10 Outras obrigações

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores a Pagar	1.238	821
Comissões a Pagar	21	2
Provisões Com Obrigações Trabalhistas	1.042	774
Fiscais e Previdenciárias	785	894
Salários a Pagar	354	-
Credores Diversos	84	5
Provisão FGC	48	96
Pensão Alimentícia a Pagar	3	-
Contingências	3	-
TOTAL	<u>3.579</u>	<u>2.592</u>

Em 30 de junho de 2023 as obrigações fiscais e previdenciárias são representadas por impostos e contribuições a recolher, dentre eles ISS, IRRF, PIS, COFINS, IOF INSS e FGTS.

11 Passivos contingentes

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos e são classificadas de acordo com os requerimentos normativos do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), aprovado pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN 3.823/09.

Em 30 de junho de 2023 a Instituição possui 1 processo com probabilidade de perda provável que totaliza R\$ 4 (R\$ 0 em 2022) de natureza cível, porém, o total dos passivos contingentes cuja probabilidade de perda é considerada possível consiste em 90 processos de natureza cível que totalizam o valor de R\$ 2.899 (Em 30 de junho de 2022 consiste em 18 processos que totalizam o valor de R\$ 232).

12 Imposto de renda e contribuição social - Corrente

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(4.561)	(4.561)	(28.126)	(28.126)
Adições				
Adições	29.903	29.903	28.895	28.895
Provisão para contingência	4	4	-	-
Provisão para devedores duvidosos	29.893	29.893	28.892	28.892
Outros	5	5	3	3
Exclusões	(56.809)	(56.809)	(10.254)	(10.254)
Exclusões				
Provisão para devedores duvidosos	(56.808)	(56.808)	(10.254)	(10.254)
Provisão para contingência	(1)	(1)	-	-
Base de cálculo	(31.467)	(31.467)	(9.536)	(9.536)
Imposto apurado	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	-	-
TOTAL IRPJ E CSLL DEVIDO	(31.467)	(31.467)	(9.587)	(9.587)

13 Crédito tributário

Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, de acordo com os quadros a seguir:

Prejuízo Fiscal Base Negativa

Ano – Calendário	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
2020	7.024	7.024
2021	1.706	1.706
2022	38.191	38.191
2023	31.467	31.467
Total	78.389	78.389
Prejuízo Ativado 2020	1.756	1.054
Prejuízo Ativado 2021	427	256
Prejuízo Ativado 2022	9.548	5.729
Prejuízo Ativado 2023	7.867	4.720
Saldo Final	19.597	11.758

Os Créditos Tributário da Instituição estão ativados e seguindo regulamentação vigente, se enquadrando nos critérios de exceção conforme Resolução CMN 4.842/2020 em seu art.º 4, § 2º, II.

Prejuízo fiscal

Descrição	RESULTADO			Saldo Final 30/06/2023
	Saldo Inicial 31/12/2022	Realização	Adição	
Imposto de Renda				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	9.410	(15.874)	7.473	1.010
Provisão para Contingências	-	-	1	1
Subtotal	9.410	(15.874)	7.474	1.011
Prejuízo Fiscal IRPJ	11.730	-	7.867	19.597
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	21.140	(15.874)	15.341	20.607
Contribuição Social				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.646	(9.525)	4.484	605
Provisão para Contingências	-	-	1	1
Subtotal	5.646	(9.525)	4.485	606
Base Negativa CSLL	7.038	-	4.720	11.758
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	12.684	(9.525)	9.205	12.364
TOTAL – CRÉDITO TRIBUTÁRIO IRPJ / CSLL	33.824	(25.399)	24.546	32.971

Expectativa de realização

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa):

Crédito Tributário – Prejuízo Fiscal e Base Negativa										
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
%	12%	5%	12%	20%	25%	27%	-	-	-	-
CSLL	1.448	530	1.383	2.303	2.958	3.136	-	-	-	-
IRPJ	2.414	884	2.304	3.838	4.930	5.226	-	-	-	-
Valor Previsto	3.862	1.415	3.687	6.141	7.888	8.362	-	-	-	-
	12,32%	4,51%	11,76%							-
Crédito Tributário – Diferença Temporárias (PDD)										
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
%	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CSLL	605	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ	1.009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Previsto	1.614	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100,00%	-	-							-
Crédito Tributário – Diferença Temporárias (Contingências)										
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CSLL	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Previsto	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	-	-	-							-
Consolidado										
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
%	17%	4%	11%	19%	24%	25%	-	-	-	-
CSLL	2.054	530	1.383	2.303	2.959	3.136	-	-	-	-
IRPJ	3.423	884	2.304	3.838	4.931	5.226	-	-	-	-
Valor Previsto	5.476	1.415	3.687	6.141	7.890	8.362	-	-	-	-

O valor presente da realização dos créditos tributários para os próximos 5 anos está assim constituído:

Crédito Tributário – Prejuízo Fiscal e Base Negativa											
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Em 30/06/2023 VP	<u>3.398</u>	<u>1.245</u>	<u>3.244</u>	<u>5.404</u>	<u>6.941</u>	<u>7.358</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.231</u>

(*) Taxa DI em 30/06/2023 (Fonte: B3)

Crédito Tributário – Diferença Temporárias (PDD)											
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Em 30/06/2023 VP	<u>1.420</u>	<u>-</u>	<u>1.420</u>								

(*) Taxa DI em 30/06/2023 (Fonte: B3)

Crédito Tributário – Diferença Temporárias (Contingências)											
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Em 30/06/2023 VP	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

(*) Taxa DI em 30/06/2023 (Fonte: B3)

Consolidado											
Descrição	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Em 30/06/2023 VP	<u>4.818</u>	<u>1.245</u>	<u>3.244</u>	<u>5.404</u>	<u>6.942</u>	<u>7.358</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.653</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 99.036 (noventa e nove milhões e trinta e seis mil reais) e está representado por 99.035.903 de ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País. Em 2023 ocorreram aumentos de capital que totalizam R\$ 20.000 que já foram aprovados pelo BACEN nesse período. Com esses aportes, o saldo do patrimônio líquido da instituição em 30 de junho de 2023 é de R\$ 99.036 e o PLA é de R\$ 49.218 – (39.811 e o PLA é de R\$ 4.811 em 2022).

15 Receitas de intermediação financeira

	30/06/2023	30/06/2022
Operações de Crédito	33.872	25.252
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	4.167	1.681
Receita de Depósitos Interfinanceiros	-	166
Recuperação de Créditos Baixados p/ Prejuízo	183	56
TOTAL	<u>38.221</u>	<u>27.155</u>

16 Despesas de intermediação financeira

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Captação	(11.871)	(7.431)
Reversão / (Provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (a)	25.750	(25.637)
TOTAL	<u>13.879</u>	<u>(33.068)</u>

(a) O saldo apresentado contém a reversão da provisão no valor de R\$ 51.430 (R\$ 22.015 em 2022), decorrente da cessão de operações de crédito (vide NE 21(a)).

17 Receitas Operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Receita de Tarifa de Cadastro	3.844	1.971
Outras Rendas Operacionais	10	63
TOTAL	<u>3.854</u>	<u>2.034</u>

18 Outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Consultoria e auditoria	(3.006)	(4.164)
Processamentos de dados	(3.477)	(3.097)
Infraestrutura	(779)	(394)
Depreciações e amortizações	(397)	(342)
Propaganda, Publicidade e Publicação	(126)	(236)
Outras	(713)	(1.079)
TOTAL	<u>(8.498)</u>	<u>(9.312)</u>

19 Despesas com pessoal

	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração	(3.212)	(3.132)
Encargos	(1.002)	(1.275)
Benefícios	(1.189)	(1.019)
Prêmios	(323)	(718)
TOTAL	<u>(5.726)</u>	<u>(6.144)</u>

20 Despesas tributárias

	30/06/2023	30/06/2022
Tributos Municipais	-	(119)
Despesa com COFINS	(1.214)	(868)
Despesa com ISS	(192)	(98)
Despesa com PIS	(197)	(141)
Tributos Federais	-	(1)
TOTAL	<u>(1.604)</u>	<u>(1.227)</u>

21 Outras despesas operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Desconto concedido	(6.370)	(3.113)
Despesas Operacionais – Comissões	(2.999)	(3.629)
Despesas Bancárias	(298)	(788)
Prejuízo na Cessão (a)	(34.975)	-
Outras despesas Operacionais	(41)	(34)
TOTAL	(44.683)	(7.564)

(a) Composição da cessão

	30/06/2023			
Carteira cedida	Carteira	Valor de venda	Resultado Cessão	30/06/2022
Sem coobrigação – Rating D – G	28.684	22.000	(6.684)	-
Sem coobrigação – Rating H	27.836			-
Sem coobrigação – Rating HH	13.516	13.061	(28.291)	-
Total	70.036	35.061	(34.975)	-
Reversão da provisão das operações cedidas – NE 16 (a)	-	-	51.430	-
Efeito líquido no resultado	-	-	16.455	-

22 Gerenciamento de riscos

Estrutura do gerenciamento integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é parte integrante da estrutura de governança e busca assegurar a existência de um processo efetivo para gerenciamento de riscos e capital, de forma a proporcionar transparência, compreensão adequada e a ação tempestiva e preventiva dos riscos expostos pela organização.

A estrutura de gerenciamento de risco está sob responsabilidade do Diretor Financeiro, Gestão de Riscos e Capital, o qual se reporta diretamente ao Diretor-Presidente e possui autonomia necessária para o cumprimento de suas funções. O processo de governança dos riscos segue os princípios do modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas com clareza as responsabilidades de cada uma das linhas. A estrutura de gerenciamento de riscos, juntamente com as áreas de *compliance*, controles internos e controladoria compõem a segunda linha e atuam diretamente monitorando os riscos e controles, fornecendo suporte às áreas da primeira linha, responsáveis pelas operações e negócios da instituição. A supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos é exercida pelas auditorias interna e externa, que atuam de forma independente e representam a terceira linha de defesa.

Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga o relatório de gerenciamento de riscos (Relatório Pilar 3), o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos, assim como informações qualitativas. Este relatório está disponível no site da Qista (www.souqista.com.br/) na seção de Gestão de Riscos.

Riscos

Considerando o segmento de atuação, os riscos se encontram divididos entre: "Crédito", "Mercado ("IRRBB")", "Liquidez", "Operacional" e "Capital", os quais serão detalhados a seguir:

Risco de Crédito

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e à redução de ganhos ou remunerações. O risco de crédito é inerente à atividade de empréstimos, e está presente em alguns produtos de derivativos, bem como em determinadas operações estruturadas.

O gerenciamento do risco de crédito, ocorre durante todo o ciclo do crédito, da concessão, monitoramento, até a atividade de cobrança e recuperação. Avalia-se periodicamente suas exposições e o rating de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e eventuais perdas potenciais, comparando com o que está expresso na declaração de apetite a risco da organização.

Risco de Mercado ("IRRBB")

O Risco de Mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A Instituição segue uma política de manutenção de baixos níveis de exposição sendo que as exposições são relativamente conservadoras. Visto as características das operações da instituição, a estratégia e o modelo de negócio, as operações são alocadas na carteira de não negociação (carteira bancária).

Para o gerenciamento do risco de mercado da carteira bancária (IRRBB), a área de Gestão de Riscos monitora e avalia o nível de exposição ao risco de variação na Taxa de Juros, baseado em abordagens de valor econômico, calcula o valor econômico do patrimônio da organização (EVE), VaR (Rban) e a exposição a receita líquida de juros (NII), calculados em conformidade com a circular 3.876/2018.

Em 30/06/2023 a instituição apresentou um risco de mercado da carteira bancária apurado por meio da metodologia NII de apenas R\$ 894.784, em um cenário de aumento nas taxas de juros em 400 b.p.

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros na variação da taxa de juros DI, em 30 de junho de 2023, nos termos da Instrução CVM nº 475/08:

		<u>Em reais</u>
Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
	50 b.p.	627,81
	25 b.p.	314,25
	10 b.p.	125,78
	-10 b.p.	(125,89)
	-25 b.p.	(314,94)
Juros pós-fixados	-50 b.p.	(630,57)

- (1) Ressaltamos que a referida carteira de investimentos está conservadoramente alocada em títulos públicos, que é mantida a fim de gerar liquidez para a Instituição.

A instituição também mantém parte da sua carteira de investimentos em fundos considerados como de menor riscos, com possibilidade de resgate em D+1.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O monitoramento do risco de liquidez está baseado no gerenciamento do fluxo de caixa, observando os limites mínimos de saldos dos caixas diários ("colchão de liquidez") e projeções de necessidade de caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez, e simulações de cenários adversos.

Risco Operacional

O gerenciamento e o monitoramento do risco operacional abrangem as perdas resultantes de eventos externos e internos a organização. Sendo esses decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação nas operações, em processos internos, em pessoas, sistemas, produtos, serviços, conduta no relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores (demandas trabalhistas, de segurança no local de trabalho), além de danos a ativos físicos próprios ou em uso e situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição.

A metodologia utilizada para identificação dos riscos está relacionada as técnicas de autoavaliação (*Risk Control Self Assessment*) e análise de processos (fluxogramas e manuais de procedimentos). Estas técnicas são aplicadas periodicamente, com o objetivo de identificar os eventos de risco, e suas potenciais causas, bem como avaliar o nível do risco (por meio da utilização de matrizes de impactos x probabilidade).

Gerenciamento de capital

Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 2017, do CMN, a Instituição elabora e implementa anualmente, o Plano de Capital com propósito de manter o capital adequado ao suporte de suas operações, em linha com seu Planejamento Estratégico.

No contexto de “Apuração dos Requerimentos Mínimos Exigidos”, são calculados os parâmetros destacados abaixo:

- Patrimônio de Referência (“PR”);
- Capital Principal;
- Patrimônio de Referência de Nível I, corresponde a soma do Capital Principal com o Capital Complementar;
- Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA”), correspondente a soma das parcelas RWA^{CPAD} (risco de crédito mediante a abordagem padronizada), RWA^{MPAD} (risco de mercado mediante a abordagem padronizada) e RWA^{OPAD} (risco operacional mediante abordagem padronizada);
- Índice de Basileia (IB) e Índice de Basiléia Amplo (IBA).

Para fins de apuração da parcela RWA^{OPAD}, conforme classificação determinada na Circular 3.640/13 (BACEN), a instituição utiliza a abordagem do Indicador Básico.

A tabela abaixo totaliza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basiléia apurados de acordo com as normas do BACEN:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
	Regulatório	Realizado	Regulatório
Patrimônio Líquido	49.217	34.783	34.783
Patrimônio de Referência Nível I	17.139	15.165	7.445
Capital Principal	17.139	15.165	7.445
Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente	-	-	-
Patrimônio de Referência - (A)	<u>17.139</u>	<u>15.165</u>	<u>7.445</u>
Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)	12.074	12.687	12.687
Adicional de Capital Principal	3.773	3.965	3.965
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)	<u>150.928</u>	<u>158.589</u>	<u>158.589</u>
Risco de Crédito - RWA ^{CPAD}	<u>113.650</u>	<u>119.997</u>	<u>119.997</u>
Risco Operacional - RWA ^{OPAD}	<u>37.278</u>	<u>38.592</u>	<u>38.592</u>
Índice de Basiléia (A/B)	11,36%	9,56%	4,69%

Em 31/12/2022 havia um saldo de 7.719.772 reais, referente a um aumento de capital integralizado, que se encontra em conta vinculante aguardando aprovação da solicitação de alteração do capital social junto ao Banco Central do Brasil. O impacto desse saldo é representado na coluna “Realizado” da tabela acima.

No dia 31/07/2023, alinhada com a visão estratégica da empresa, ocorreu a emissão de uma letra financeira subordinada, elegível ao capital (integrante do patrimônio de referência de Nível II), no montante de R\$ 19,8 milhões. Esse instrumento desempenha um papel significativo no aumento do índice de Basileia. Para mais detalhes, consulte a nota explicativa relativa aos eventos subsequentes.

23 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração dos administradores.

Os gastos com honorários da Diretoria somam o montante de R\$ 607 (R\$ 889 em 2022) A Instituição concede benefícios de curto prazo aos seus colaboradores, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale-alimentação e refeição).

24 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

A instituição, em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não contratou serviços da KPMG Auditores Independentes S.S. relacionados à Instituição, além dos serviços de auditoria externa, para o primeiro semestre de 2023 houve pagamentos somente de serviços de auditoria externa no valor total de R\$ 67. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

25 Resultado recorrente e não recorrente

Conforme resolução BCB nº 2/2020 destacamos a seguir o resultado não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	06.2023	06.2022
Prejuízo líquido contábil (a)	(5.414)	(20.741)
Eventos não recorrentes (b)	21.980	-
Ganhos/perdas na cessão da carteira (1)	16.455	-
Ganhos/perdas na compra da carteira (2)	5.525	-
Despesas impactadas pelos eventos (3) (c)	(20.572)	-
Resultado não recorrente (d = b + c)	1.408	-
Resultado recorrente regulatório (e = a - d)	(6.822)	(20.741)

- 1º semestre de 2023

(1) Ganhos/perdas na cessão da carteira não recorrente incluem:

(i) Ganho decorrente da reversão de PDD no montante de R\$ 51.430 devido a cessão da carteira de rating "D" até "HH" (nota explicativa 21-a)

(2) Ganhos/perdas na compra de carteira não recorrentes incluem:

(i) Prêmio na compra de carteira consignada pública (nota explicativa 6-g).

(3) Despesas impactadas pelos eventos incluem:

(ii) Efeitos tributários, reversão de crédito tributário de PDD.

26 Eventos Subsequentes

Conforme metas e planejamento estratégico, para o 2º semestre de 2023 é previsto emissão de letra financeira subordinada no montante de 19,8 milhões para aumento do Índice de Basileia, e em julho de 2023 durante o processo de elaboração dessas demonstrações contábeis foi realizado a emissão no valor total de 19,8 milhões.

Em 31/07/2023, alinhada com a visão estratégica da empresa, ocorreu a emissão de uma letra financeira subordinada, elegível ao capital (integrante do patrimônio de referência de Nível II), no montante de R\$ 19,8 milhões. Esse instrumento desempenha um papel significativo no aumento do índice de Basileia da Instituição para o patamar de 23,63%.

27 Seguro

A controladora (FCBPC Holding S.A.) possui cobertura de seguros contratada para responsabilidade civil na atuação de seus administradores e diretores no montante de até R\$ 3.000.000 em 31 de dezembro de 2022.

A apólice contratada abrange entre outras coberturas, danos morais, bens e liberdade, garantias pessoais, práticas trabalhistas, custos de investigação, proteção da imagem pessoal, responsabilidade tributária, danos ambientais e bloqueio e indisponibilidade de bens.

* * *

Leonardo Grapeia
Diretor - Presidente

Willian Lucena Santos
Contador – 1SP318758/O-0